

Ações da Defesa Sanitária Animal

A Defesa Sanitária Animal tem como objetivo o aumento da produção e produtividade dos rebanhos, a adequação dos níveis de qualidade aos padrões aceitos internacionalmente e a eliminação das barreiras sanitárias para a comercialização interna e externa de animais e seus produtos.

A garantia do plantel pecuário decorre da execução de grandes programas nacionais e de ações continuadas das campanhas de vacinação dos animais, da inibição de difusão das doenças pelo controle do trânsito e da diminuição do risco de introdução de doenças exóticas no país, mediante controle das importações de animais e seus produtos.

Florianópolis sedia Encontro Nacional de Substratos para Plantas

De 17 a 20 de setembro próximo, no Praia Mole Park Hotel, em Florianópolis, acontece o II Encontro Nacional de Substratos para Plantas, que vai discutir, basicamente, questões ligadas a produção e uso de substratos – todo e qualquer material utilizado para crescimento de plantas em bandejas, vasos, sacos plásticos e outros. O evento, que deve reunir mais de 250 participantes, é dirigido aos produtores de mudas de plantas ornamentais, florestais, frutíferas e olerícolas, aos usuários de plantas em vasos, desde o produtor até a dona de casa, e às indústrias que produzem os substratos.

Especialistas de comprovados conhecimentos e experiência em nível internacional estarão palestrando so-

bre temas como adubação de substratos, uso de materiais alternativos, métodos de análise de substratos e uso econômico deste insumo, entre vários outros.

“Pretendemos que os produtores presentes saiam do encontro com uma melhor compreensão dos benefícios do uso correto de substratos”, disse o coordenador do evento e professor do Curso de Agronomia da Universidade Federal de Santa Catarina, Enio Luiz Pedrotti, lembrando que esta compreensão vai tornar mais eficiente o processo de produção de plantas no Brasil e abrir mercados nacionais e internacionais para a comercialização de plantas de alta qualidade.

Febre aftosa

- ampliação progressiva da zona livre (Estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina) com a erradicação da doença em todo o país até 2005;

Peste suína clássica

- reconhecimento progressivo de zonas livres e erradicação na área total do país até 2002;

Doença de Newcastle

- reconhecimento progressivo de zonas livres e erradicação na totalidade do país em 2002.

Maiores informações: Ministério da Agricultura e do Abastecimento, MA/SPA, Brasília, 1999.

Ornamentais de Santa Catarina.

Maiores informações: professor Enio Luiz Pedrotti, através do fone (0XX48) 331-5442, fax (0XX48) 334-2014, e-mail: substrat@cca.ufsc.br e/ou Márcia C. Sampaio, no fone (0XX48) 239-5503, e-mail: marcias@epagri.rct-sc.br. A página do encontro na internet é: www.cca.ufsc.br.

A experiência do consórcio peixe-suíno no Alto Vale do Itajaí

Márcia Janice Freitas da Cunha
Varaschin

A piscicultura é uma atividade que vem sendo incentivada pelo governo de Santa Catarina há mais de 25 anos, quer através da construção de novas unidades, quer através da assistência técnica, pesquisa e organização dos produtores. A produção de alimento natural é estimulada nos viveiros, adicionando-se pequenas quantidades de adubos orgânicos. Os dejetos de suínos são os subprodutos mais usados pelos produtores em função da disponibilidade e, sobretudo, pelo baixo custo e resultados de produção. O governo de Santa Catarina, através da Acaresc (atual Epagri), trouxe para o Alto Vale do Itajaí a tecnologia da criação integrada de peixes com dejetos suínos como sendo mais uma opção de renda para o produtor rural.

No final de 1996, a Associação de Preservação do Meio Ambiente do Alto Vale do Itajaí – Apremavi – lançou dois documentos – enviados a diversos órgãos, inclusive à Promotoria Pública – alertando para o problema do aumento da poluição das

Registro

águas do Alto Vale do Itajaí por dejetos suínos e sua relação direta com a proliferação de borrachudos, além da construção de viveiros em áreas de preservação permanente. Eles afirmavam que esta tecnologia estava trazendo mais prejuízos do que benefícios para a população, por ser uma das principais causas do aumento de poluição ambiental e da proliferação de borrachudos.

A pedido do Banco Mundial, como parte da avaliação do Projeto Microbacias/Bird, o Instituto de Planejamento e Economia Agrícola de Santa Catarina – Instituto Cepa/SC – fez recentemente um estudo para verificar, face a estas denúncias, que providências foram tomadas pelos atores envolvidos na atividade: produtores; responsáveis pelo fomento, geração e difusão de tecnologia; fabricantes de insumos e equipamentos; responsáveis pela comercialização, processamento e industrialização do produto; órgãos ambientais; Banco Mundial e Projeto Microbacias e a própria Organização não-governamental – Ong – denunciante.

A partir das denúncias da Apremavi, foi possível verificar que significativo esforço, energia e trabalho foram despendidos para clarear os fatos. A maior parte dos atores envolvidos nesta problemática agiu positivamente com vistas às soluções. As mudanças na orientação dos trabalhos da Epagri foram muito significativas e pertinentes. Atualmente, o setor responsável pela piscicultura é um dos que têm maior preocupação com as questões ambientais.

A Apremavi desempenhou um papel importante ao fazer a denúncia. Os desafios colocados, que a princípio pareciam uma ameaça ao processo produtivo, tiveram seu

lado positivo, pois serviram para organizar os produtores e conscientizá-los da questão ambiental. Hoje eles estão bastante interessados na legalização de sua atividade, pressionando os órgãos responsáveis para que isso aconteça o mais breve possível.

Percebeu-se que o Banco Mundial teve um papel decisivo no encaminhamento da solução do problema. Ele é uma referência e atuou de maneira bastante pedagógica, incentivando o diálogo e a formação de parceria entre os interessados. Suas contribuições também se deram sob a forma de recomendações, as quais foram feitas nas diversas missões vindas a Santa Catarina quando esta questão sempre era discutida.

Alguns órgãos ambientais, apesar de todas as dificuldades de recursos e de entendimentos entre eles quanto às suas atribuições, dispuseram-se a rever certas posturas, tidas até então como permanentes, tentando adequar o licenciamento de uma atividade à sua realidade. Entretanto, o licenciamento ambiental ainda não foi efetivado pela Fundação do Meio Ambiente – Fatma –; este seria o coroamento de todo o processo, tornando a piscicultura um exemplo para outras atividades.

Hoje a piscicultura é o segmento mais organizado e o único que está buscando o licenciamento ambiental. Ela está até mesmo servindo de modelo para outras atividades, que, ao ver o que os piscicultores estão conseguindo fazer juntos, estão se organizando nos mesmos moldes.

Ao que tudo indica, apesar da forma e do conteúdo inadequados das denúncias, a maioria dos envolvidos acredita que os seus resultados foram positivos. Hoje a atividade está mais bem situada quantitativa e qualitativamente. As pesquisas e

a capacitação dos técnicos foram viabilizadas, os produtores estão mais profissionalizados e conscientes de seu papel. Melhorou o relacionamento entre as instituições públicas que buscam falar uma mesma linguagem sobre o assunto. As indústrias estão procurando se adequar às necessidades que surgiram, desenvolvendo novas tecnologias com vistas à redução do impacto ambiental. E, por fim, o mais importante, todos estão pensando mais no meio ambiente, considerando-o fundamental em suas decisões.

Entretanto, algumas ações ainda se fazem necessárias. Entre elas, o estabelecimento urgente do licenciamento da atividade pelos órgãos ambientais competentes, até para que a piscicultura venha a ser realmente um exemplo para outras atividades. Este seria o “coroamento” de todo o processo de discussão, negociação e estudos pelo qual a piscicultura tem passado.

Existe também a necessidade de padronização dos procedimentos relativos à atividade, porque, em função da complexidade da questão ambiental, cada órgão tem procurado ajustar a forma que lhe seja mais conveniente.

Por fim, mas não menos importante, é preciso haver uma posição oficial única das autoridades (municipais, estaduais ou federais) com relação a tudo o que envolve a atividade, porque, quando cada um fala uma linguagem ou assume posturas diferentes, os prejudicados são os cidadãos e o meio ambiente.

Márcia Janice Freitas da Cunha Varaschin, economista, M.Sc., Instituto Cepa/SC. Rodovia Admar Gonzaga, 1.486, C.P. 1.587, 88034-001 Florianópolis, SC, fone (0XX48) 334-5155, fax (0XX48) 334-2311, e-mail: marcia@icepa.com.br, internet: <http://www.icepa.com.br>.

□